

Vestibular de 1979 da UFV começa no dia 7 de janeiro

O vestibular de 1979 da Universidade Federal de Viçosa (UFV) começa no dia sete de janeiro, às 8h, com as provas de Redação e de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Língua Estrangeira (Francês ou Inglês), e termina no dia 12, com prova de Biologia. Mais de 4.500 candidatos estarão disputando as 1.000 vagas que a UFV oferece para 1979.

Os alojamentos do «campus» serão abertos, a partir do dia dois de janeiro, para receber, conforme a previsão, cerca de dois mil candidatos ao vestibular, ao preço total de Cr\$ 200,00, por pessoa. A UFV também oferecerá alimentação durante o vestibular: café da manhã, Cr\$ 10,00; almoço, Cr\$ 20,00; jantar, Cr\$ 20,00.

VESTIBULAR

Os candidatos que quiserem se hospedar no «campus» deverão procurar os alojamentos para preencherem uma ficha (a Universidade não fará reservas) e, durante o tempo em que passar alojado, estará sujeito ao regime disciplinar interno. O refeitório será aberto, a partir do dia seis de janeiro, nos seguintes horários: café da manhã, das 5h45m às 7h30m; almoço, das 10h30m às 12h30m; jantar, das 17h30m, às 19h30m.



Ano 10

Quinta-feira, 28 de dezembro de 1978

N.º 561



Esta cena se repete todos os anos.

Para as provas, é importante que o candidato compareça ao local, com 30 minutos de antecedência, com o comprovante de inscrição, à mão, identidade, lápis, borracha e caneta esferográfica. Cada prova valerá 50 pontos, e terá duração de três horas, à exceção das provas

do primeiro dia que, em conjunto, terão duração de quatro horas.

Estas são as seis provas do vestibular da UFV: dia sete, Redação e Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Língua Estrangeira (Francês ou Inglês); dia oito, Estudos Sociais (História, Geogra-

fia e Organização Social e Política do Brasil); dia nove, Matemática; dia dez, Física; dia onze, Química, e dia doze, Biologia.

Os candidatos ao curso de Educação Física terão de apresentar atestado de aprovação em exame médico especial, fornecido pela junta médica da UFV e prova de capacidade física, antes de começarem a fazer as provas do vestibular. O exame médico especial será realizado no Ginásio de Esportes, no «campus», nos dias dois, três, quatro e cinco de janeiro, das 7h às 10h e das 14h às 16h. Um parêntese: ao candidato eliminado no exame médico especial será assegurado o direito de novas opções.

Os resultados do vestibular de 1979 serão divulgados no dia 19 de janeiro, através do informativo da UFV e pela imprensa, de modo geral. Perderão o direito de ingresso na UFV os candidatos classificados que não apresentarem, à época da matrícula, os documentos necessários: histórico escolar do ensino de 2.º grau ou ficha modelo 19, cédula de identidade, título de eleitor, certidão de nascimento, comprovante de estar em dia com o serviço militar, atestado de bons antecedentes, prova de sanidade física e mental e folha corrida.

Aos nossos leitores

No balanço das horas finais, a pausa para uma avaliação sensata, fria e honesta, um sair da concha e um acordar para os acontecidos, para o mundo que se abriu em manchetes. Lembrança dos dias de sofrimento e também dos dias felizes, do homem perdido no emaranhado das comunicações, da criatura que estende os braços, em busca do amor, da criança que chora por um colo de mãe. Reminiscências do ancião, que afaga um retrato sem rosto, saudoso de alguém que já não o é. Revivamos as flores que se abrem no primeiro momento do dia, os pássaros que buscam, no primeiro momento da noite, o companheiro para a fuga e a paz, a saudade, a gratidão pelas bênçãos de Deus, infinitas e sábias, uma rosa posta, em oferenda de gratidão, nos cabelos da noite que se fecha sobre 1978. Nosso voto de esperança no Ano Novo que chega, com o desejo sincero de permanente harmonia nos lares e entre os povos. Confiança na prodigalidade dos frutos do trabalho do homem. Fé na justiça e no fortalecimento das estruturas, e que haja um riso de criança, enfeitando a boca de 1979, que desejamos se abra em esperanças para todos os nossos leitores.

Presidente da FINEP: «Viçosa expressa bem o



O dr. José Pelúcio Ferreira, quando pronunciava o seu discurso.

Ao receber, dia 15 último, durante as solenidades de formatura, o título de Doutor «Honoris Causa» da UFV, o dr. José Pelúcio Ferreira, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, pronunciou o seguinte discurso:

«Cumpre-me, de início, expressar meu mais profundo agradecimento ao Colendo Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, pela honra que me faz concedendo-me o título de Doutor «Honoris Causa». Este título me é particularmente grato, não só pela minha condição de Servidor Público mas, sobretudo, como filho de Minas Gerais, por tratar-se de laurea conferida por uma instituição que se constitui em verdadeiro marco na história do ensino superior e da pesquisa em Ciências Agrárias do País. Esta Universidade é, sem dúvida, uma das expressões mais definitivas da ação pioneira dos homens do Estado de Minas Gerais, na defesa intransigente dos interesses e dos recursos de nosso País. Neste Estado, e nesta Universidade, sob a inspiração de Arthur Bernardes, desenvolveu-se enérgica tradição e consolidou-se a consciência da necessidade de garantir o controle pleno sobre o destino e os recursos nacionais. Controle este somente possível, através do exercício da vontade política da Nação e da acumulação dos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à conversão de nossa riqueza natural em instrumentos para a promoção do crescimento econômico e do bem-estar social.

Viçosa expressa bem o papel fundamental da Universidade Brasileira no progresso científico e tecnológico das Ciências Agrárias no Brasil. Atua, de forma significativa, em áreas prioritárias para o desenvolvimento, em bases sólidas, da agropecuária nacional, tanto através do ensino em áreas diversificadas ao nível da graduação e da pós-graduação, quanto da contribuição diretamente derivada

das pesquisas que aqui se realizam. Bastaria referir, à guisa de exemplo, às importantes atividades na formação de recursos humanos e na pesquisa em extensão rural, em processamento de alimentos, em genética, em economia agrícola, em recursos florestais e em engenharia agrícola, para que se tenha conta da amplitude de atividades da Universidade Federal de Viçosa. E isto preservando-se sempre a alta qualidade do ensino e da pesquisa.

É fácil, pois, aquilatar-se o empenho de todos nós em contribuir para o seu constante aprimoramento e para a sua continuada expansão.

Sinto-me ainda na obrigação de registrar o significado mais amplo da dignidade que ora me confere a Universidade de Viçosa. Vejo, nesta homenagem, mais que um prêmio à pessoa, o reconhecimento da importância do trabalho de programação, análise e financiamento que há alguns anos vem sendo realizado na FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, em apoio e complementação à atividade de Coordenação Central própria do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no sentido de definir e executar uma política nacional de ciência e tecnologia. Esta política expressa-se, na prática, através da necessária associação entre o administrador público, a comunidade acadêmica e científica e a empresa nacional, com o intuito não apenas de apoiar a ciência pelos seus próprios méritos, mas também de criar as condições essenciais, para compatibilizar o curso de nosso desenvolvimento científico e tecnológico com os objetivos prioritários de progresso social, de crescimento econômico e de autonomia nacional, na convicção de que esta última só terá real conteúdo, quando estiverem sendo alcançados simultaneamente os dois outros objetivos.

Creio válido expor de maneira sucinta, nesta ocasião, algumas idéias que me parecem fundamentais para a formulação e para a consecução de uma política científica e tecnológica que pretenda contribuir decisivamente para a construção do progresso de uma nação.

As sociedades modernas não podem dispensar um volume apreciável de atividades de pesquisa científica e tecnológica, seja para a sua necessária capacitação para integrar-se no processo mundial de progresso de ciência, seja para absorver, com proveito, os desenvolvimentos tecnológicos originados em outros países. Trata-se, pois, de construir um complexo sistema de ciência e tecnologia que constitua parte do conjunto de instrumentos de promoção do crescimento econômico e do bem-estar social.

O investimento em ciência e tecnologia, entretanto, tem pelo menos duas características que impõem, na sua análise e para a sua realização, uma perspectiva de longo prazo: de um lado, o longo tempo de maturação desse investimento e, de outro, o caráter cumulativo da produção científica, onde a experiência é fator essencial. Por isto mesmo, sua realização implicará, necessariamente, no compromisso político de oferecer-lhe firme e continuada sustentação ao longo do tempo.

Em qualquer sociedade, desenvolvida ou em desenvolvimento, a principal fonte de apoio, direta ou indireta, às entidades e às atividades de pesquisa científica e tecnológica tem sido o Estado, em razão mesmo do fato de ser o Conhecimento um bem público essencial.

Cabe observar, também, que a execução dos programas de pesquisa para ser bem sucedida, deve ser realizada de forma descentralizada. Mas a experiência, mesmo das nações mais adiantadas, demonstra que a coordenação central, localizada em uma ou algumas agências do governo, deve reter determinados instrumentos de execução e de financiamento da pesquisa, de modo a suprir lacunas e conciliar ações individuais ou de grupos com objetivos econômicos e sociais de ordem mais geral.

Contudo, apesar da atividade de pesquisa requerer o apoio fundamental do Estado, isto não significa que toda ação nesse campo se desenvolva no âmbito do Setor Público. É essencial o concurso ativo da Universidade, preservando-se a sua autonomia como núcleo central da atividade científica e acadêmica; dos Institutos de Pesquisa Tecnológica; e do setor empresarial, em particular, da Empresa Nacional.

Parece-me que o objetivo básico deste esforço comum, no campo da ciência e da tecnologia, envolvendo a Universidade e o Setor Público, e entre estes e a Empresa Nacional, é encontrar meios de enfrentar o desafio da escassez relativa de recursos produtivos e de consumo, de modo a viabilizar o atendimento das necessidades básicas do povo e a melhoria substancial da qualidade de vida em nossa sociedade.

Hoje, são poucos aqueles

que não reconhecem que as dificuldades e incertezas relacionadas com a prevista escassez de recursos naturais, a se acentuar no final deste século, serão agravadas pela acumulação de problemas sociais e econômicos ainda não resolvidos de modo adequado em escala mundial. Estes problemas se manifestam na brutal desigualdade, na distribuição da riqueza e no acesso aos recursos produtivos a separar nações industrializadas daquelas em curso de desenvolvimento. Esta desigualdade se verifica, ainda, de forma aguda e inquietante, no plano interno destas últimas nações, quer entre as diversas categorias sociais, quer entre as suas regiões, quer entre setores produtivos. Esta diferenciação de riqueza e de recursos entre diferentes categorias sociais, regionais e setoriais, também transparece no domínio desigual do conhecimento científico e tecnológico, o que torna especialmente delicada a possível decisão de reservar recursos ou fundos públicos preferentemente para aplicações de maior rentabilidade social no curto prazo, com possível sacrifício de programas de investimentos em ciência e tecnologia, cujos efeitos se produzem a prazos maiores. Este conflito potencial entre metas de curto e de longo prazo, sempre presente ao administrador público, se não arbitrado com prudência e com o reconhecimento da natureza da atividade de pesquisa pode, no final das contas, comprometer no longo prazo as próprias bases do projeto nacional de desenvolvimento.

Não poderia deixar, estando nesta Casa, de salientar o papel decisivo da expansão apropriada de nossa agricultura na consecução desse objetivo, através do suprimento de bens essenciais, da absorção da mão-de-obra no campo e de melhoria das condições de vida da maioria da população.

Todos sabemos que o setor agropecuário no Brasil compreende ampla variedade de sistemas produtivos, coexistindo segmentos modernos e tradicionais, configurando uma estrutura heterogênea e, por vezes, contraditória. Esta estrutura resultou não apenas da organização da propriedade e da natureza das atividades produtivas, mas também da forma pela qual foram aplicados os instrumentos da política econômica governamental no setor.

A ênfase recente da política econômica na exportação de produtos agropecuários introduziu novo elemento, ao fazer surgir nova dualidade, agora entre produtos exportáveis e produtos destinados ao mercado interno.

De fato, os segmentos voltados para a exportação revelaram expressivos avanços em volume de produção e rentabilidade, enquanto que os produtos destinados ao mercado interno, com poucas exceções, experimentaram parco desenvolvimento. Ao mesmo tempo em

O papel fundamental da universidade brasileira»

que o setor agropecuário do País penetrava crescentemente no mercado internacional, assistia-se a crises recorrentes de abastecimento no mercado interno. A política agrícola não está isenta de responsabilidade por essas tendências, já que vem sancionando e reforçando as determinações naturais das forças de mercado, ao dirigir os instrumentos de apoio e incentivo à produção agropecuária, preferencialmente para aquelas atividades voltadas para o mercado externo. Esta evolução implicou em desestímulo à produção de bens domésticos, a qual não experimentou ganhos substanciais de produtividade, além de virem se deslocando para áreas de terras mais pobres e distantes, com visíveis efeitos sobre os custos dos alimentos e, conseqüentemente, sobre os índices do custo de vida.

É inegável a contribuição da agricultura de exportação aos esforços de desenvolvimento da economia nacional. Cabe, no entanto, assegurar a realização conjunta dos dois objetivos básicos da política agropecuária: a ampliação de mercados externos e o atendimento eficaz do mercado interno.

O desenvolvimento harmônico e a correção de desequilíbrios no setor agropecuário requerem a reorientação e mobilização de todo o instrumental da política agrícola, com vistas a estimular a reorganização do sistema produtivo e a modernização de seus segmentos mais atrasados.

Esta reorganização deve contemplar: utilização mais racional do solo e o estímulo à relativa especialização, que aproveite as vocações naturais de cada região; o incremento da produtividade, através da modernização das práticas agrícolas e pecuárias e da mais ampla utilização de insumos modernos; a ocupação de novas áreas, atenta à adequação dos solos às novas culturas e à adoção de técnicas conservacionistas; a adequação das técnicas produtivas às especificidades regionais, com vistas, inclusive, à identificação de formas alternativas de expansão do setor agrícola, com especial atenção à formação de empreendimentos modernos de porte médio, que exijam menor esforço de capitalização e sejam compatíveis com o horizonte técnico e financeiro de empresários nacionais; a garantia de condições favoráveis de suprimento de implementos e insumos modernos ao produtor agrícola, cuidando-se para que não se desenvolvam mecanismos artificiais de controle da oferta, potencialmente desvantajosos para o produtor nacional. Este poderia vir a ser o caso, por exemplo, da institucionalização de patentes para sementes básicas que, em geral, terminam como propriedade de grandes firmas multinacionais; o desenvolvimento de complexos agroindustriais; — e, finalmente, mas de indiscutível importância para o nosso futuro, os cuidados com a preservação do equilíbrio

ecológico na zona rural, posto em cheque pelo uso imoderado e indiscriminado de produtos da tecnologia química e industrial moderna. Área em que já se destaca o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia, cuja profícua atividade muito ganhará em amplitude e eficiência, se contar com a cooperação técnico-científica desta Universidade.

Este esforço de reestruturação da produção agrícola não pode prescindir do concurso da Universidade e dos centros agrônômicos de pesquisa, com o apoio decisivo do Estado. Na agricultura, tanto no Brasil, quanto nos países desenvolvidos, a quase totalidade das atividades de pesquisa e desenvolvimento origina-se e é realizada no Setor Público. A forte dependência da agropecuária em relação ao Setor Público e à Universidade contrasta com a experiência da indústria, onde boa parte de tais atividades é realizada pelas próprias empresas. E, portanto, através da ação coordenada destes agentes que poderemos oferecer ao meio agrícola o mais amplo espectro de alternativas tecnológicas possível, balizado pelo objetivo maior de promoção do bem-estar social.

Neste sentido, definem-se três áreas básicas para a pesquisa e desenvolvimento na agropecuária. A primeira, voltada para os produtos de exportação, cujo objetivo deverá ser o de garantir ao País posição destacada no mercado internacional de produtos primários, agora não mais na dependência de poucos produtos, mas através de uma pauta diversificada de bens de alta qualidade e preços competitivos. A segunda, voltada para a produção de bens de consumo doméstico, com vistas a assegurar o suprimento da crescente demanda nacional de alimentos e propiciar a redução de custos para o consumidor, com ênfase particular nos aspectos qualitativos associados às carências nutricionais da população. Trata-se, neste último caso, de significativa contribuição às reduções dos atuais e fortes desequilíbrios na distribuição da renda. A terceira, orientada para as questões técnico-científicas do controle do meio ambiente, na busca de soluções que compatibilizem a expansão da produção e o aumento da produtividade da agricultura brasileira com a necessidade, por igual imperiosa, de garantir as gerações futuras contra as conseqüências da poluição ambiental.

O governo, de resto, já definiu no segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, as principais diretrizes e instrumentos que orientam o apoio estatal às atividades do sistema de pesquisa no setor agropecuário.

No que se refere ao desenvolvimento da agroindústria, à melhoria do sistema de armazenamento e abastecimento, à expansão das exportações e à

proteção do meio ambiente o engajamento do sistema de pesquisa, com apoio consistente do setor público, é também indispensável. Caberia esforço conjunto na área de engenharia de alimentos, notadamente no que diz respeito à definição de processos de transformação industrial de produtos primários, bem como a padronização da produção primária e a introdução de padrões mais rígidos de controle da qualidade.

Essas atividades de pesquisa poderiam ser prejudicadas, se não fossem apoiadas por um amplo e eficaz programa de difusão de novas técnicas e conhecimento no meio rural. Ao contrário da indústria, na qual a inovação e a incorporação de novas tecnologias fazem parte da própria dinâmica da empresa, a absorção de tecnologia no campo é lenta, incerta e desigual. Este fato reflete a enorme heterogeneidade na organização da produção agrícola, de padrões regionais e sócio-culturais. Dai o papel central a ser desempenhado pelos agentes de extensão com vistas à difusão ordenada de novas técnicas na agricultura, e à necessidade de sua integração com as áreas técnicas e de ciências sociais. O embasamento econômico, sociológico e antropológico da prática da extensão rural já é, de resto, preocupação tradicional da Universidade de Viçosa, que merece ser aprofundada e generalizada.

O aparato institucional para implementação do programa de desenvolvimento tecnológico da agricultura foi definido, tendo em vista essas três atividades fundamentais: o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste sentido, o governo Federal estabeleceu novos modelos operacionais, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, bem como da promoção de programas de apoio e fortalecimento do ensino das Ciências Agrárias, a nível de graduação e pós-graduação. Viçosa é um exemplo eloquente do papel central que a Universidade pode desempenhar nestes

três campos estratégicos de ação.

Neste contexto cabe à FINEP, como principal agência financiadora de programas científicos e tecnológicos, cooperar e diligenciar para se articularem essas áreas de atividades e as diversas instituições envolvidas, apoiando-as de modo crescente e contínuo. E também responsabilidade sua, com os meios a sua disposição, aprofundar a interação entre a comunidade científica e o Setor Público, objetivando assegurar o reconhecimento por parte deste último da importância das atividades de ensino e pesquisa, no setor agropecuário, para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

Os desafios que nos separam de nossos objetivos mais fundamentais, no que se refere ao desenvolvimento do setor agropecuário, não encontram solução nem respostas prontas e definitivas. Para vencê-los será preciso combinar a ação coordenada e ordenada dos agentes envolvidos a um amplo esforço de reflexão, imaginação e discussão que mobilize todos os segmentos da sociedade nacional.

Exmo. Senhor Governador, Magnífico Reitor, Exmo. Senhor Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Senhores Membros do Conselho Universitário, Senhores Professores, Senhores Alunos.

Fiz uso desta oportunidade para registrar algumas das preocupações que me acompanham ao longo da minha vida profissional, e que talvez não difiram muito daquelas acumuladas pelos senhores. E o fiz, porque vejo na Universidade não apenas uma fonte de produção de conhecimentos e sobretudo de cultura no seu mais nobre e amplo significado, mas também um fórum independente de debates sobre a realidade nacional.

Renovo a minha manifestação inicial de satisfação e justificado orgulho pela honra que me foi conferida. E de justiça, pela mesma razão, compartilhá-los com os meus companheiros da FINEP. Muito Obrigado.



O reitor Paulo Mário del Giudice entrega ao presidente da FINEP o título de Doutor "Honoris Causa" da UFV.

Colônia de Férias da UFV

Dentro do espírito do Ano Internacional da Criança, a Universidade Federal de Viçosa promoverá, no período de 15 de janeiro a dois de fevereiro de 1979, a 1.ª Colônia de Férias da UFV, dirigida exclusivamente às crianças da cidade, na faixa de sete a 12 anos. Os pais deverão inscrever seus filhos do dia dois a 12 de janeiro, no Conselho de Extensão da UFV ou na praça Silviano Brandão, onde um funcionário estará à disposição das crianças o dia inteiro.

O número de vagas é limitado: 250 crianças. Durante 18 dias, a meninada terá mais de cinco horas diárias de lazer, atividades culturais, noções de higiene corporal e outras atividades. A comissão coordenadora da Colônia de Férias é constituída pelos professores Adalberto Rigueira Viana, do Departamento de Educação Física; Antonina Sant'Anna, do Departamento de Nutrição; e Eneida Feitosa, do Departamento de Educação. A supervisão está a cargo do chefe do Departamento de Educação Física, prof. Emílio Gomide Loures.

São dez os objetivos da 1.ª Colônia de Férias da UFV: «estreitar ainda mais o relacionamento entre a comunidade e a nossa Universidade; aplicação coerente dos recursos físicos e humanos; o desporto recreativo visando ao triplice aspecto de uma atividade que procura dar prazer aos jovens, atender aos seus

anseios psíquicos e a atualização pelo professor, como fim educativo; a recreação assumindo importância cada vez maior na sociedade.

E ainda: «Acelerar o processo de integração e companheirismo entre as crianças, através de jogos, divertimento e lazer; propiciar a ocupação das horas de folga dos jovens, durante parte do período das férias escolares, em atividades sadias e orientadas; contribuir para a correção de possíveis comportamentos, por meio da observação do comportamento em grupo e da intervenção psicossocial».

E mais: «Destacar, através de observação do comportamento atlético-esportivo das crianças, aquelas que sobressaírem em tais atividades, com vistas ao seu aproveitamento para o preparo adequado a competições amadoras; cooperar na melhoria da higiene dos jovens, pela assistência médica, desportiva e pela merenda obrigatória; dar oportunidade daquelas crianças pertencentes à classe sócio-econômica menos favorável a optarem por formas diversas de distração».

Nos 18 dias de duração da Colônia de Férias, o programa será o seguinte: na abertura, o Hino Nacional e hasteamento de bandeiras, distribuição de lanches, atividades culturais, atividades esportivas, noções esportivas, noções de higiene corporal e filmes. Local: Praça de Esportes da UFV.

Exames de seleção do Coluni

Termina no dia cinco de janeiro o prazo para você se inscrever no exame de seleção do Colégio Universitário (Coluni), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que oferece 250 vagas para 1979. As inscrições, abertas desde o dia 1.º deste mês, vem sendo recebidas pelo Registro Escolar da UFV, das 8h às 18h.

Para ter condição de se inscrever no exame de seleção, você deverá apresentar documento, provando que concluiu o 2.º ano do 2.º grau ou equivalente. As provas serão realizadas no período de nove a 11 de janeiro. A primeira, às 14h do dia nove, é de Comunicação e Expressão; às 14h do dia dez, Química e Bio-

logia, e, às 14h do dia 11, Matemática e Física.

No ato de inscrição, o candidato deverá apresentar: prova de conclusão do 2.º ano do 2.º grau ou equivalente, documento de identidade (cédula de identidade, carteira profissional ou título de eleitor), documento militar (certificado de reservista, certificado de alistamento militar ou certificado de dispensa de incorporação), certidão de nascimento para os menores de 18 anos, três fotografias recentes 4 x 5, formulários de inscrição preenchidos, prova de pagamento da taxa de inscrição (Cr\$ 230,00) no Banco do Brasil, subagência do «campus» da UFV, em Viçosa.

Rápidas

Congresso

Será realizado, do dia 15 a 18 de janeiro, o Congresso Nacional do Ensino Superior Particular, na rua Dr. Vila Nova, 228, São Paulo. A promoção é da Apeme — Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo — e da Ames — Associação Profissional das Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro.

Saúde I

O Serviço de Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV) oferece, entre os seus setores de assistência médica, o setor ginecológico e obstetrícia, que vem funcionando, há algum tempo. Com material suficiente, inclusive sistema de esterilização em autoclave, o setor de ginecologia e obstetrícia está a cargo do médico Michel Weber e Elizabeth, à disposição dos servidores da UFV.

Saúde II

Para «compreensão do processo gerador dos problemas de saúde da população; compreensão do processo geral de proteção e recuperação da saúde; aquisição de conhecimentos técnico-científicos necessários à atuação em saúde coletiva; identificação de caminhos alternativos para atuar, em face da realidade; desenvolvimento de atitude de pesquisa», a Escola Nacional de Saúde Pública realizará o Curso Básico de Saúde Pública. Faça sua inscrição do dia dois de maio a 22 de junho, na rua Leopoldo Bulhões, 1480, 3.º andar, Manguinhos, Rio de Janeiro.

Aulas

Desde ontem, o Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa está recebendo matrícula nas disciplinas de verão nos cursos de pós-graduação. As aulas do período de verão, segundo o Registro Escolar, serão iniciadas no próximo dia dois.

Seminários

A Chapiro Internacional Consultores em Desenvolvimento Organizacional programou para os meses de março, maio, julho e outubro próximos uma série de seminários sobre políticas e estratégias de treinamento de supervisores, destinada a gerentes e técnicos de treinamento e de desenvolvimento de recursos humanos. Informações na Redação da Imprensa Universitária.

EMAF

Até o dia 10 de janeiro, estarão abertas as inscrições para os exames de seleção da Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF), que oferece 55 vagas para o curso de Técnico Agropecuário e 45 para o curso de Técnico em Florestas. Você poderá fazer a sua inscrição na EMAF, em Florestal, ou no Escritório da Reitoria, em Belo Horizonte, na rua Rio de Janeiro, 1662.